

Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil

Maria Luiza Tucci Carneiro*

Resumo

Este ensaio analisa a produção acadêmica dos intelectuais brasileiros e brasilianistas que, nestas últimas décadas, desenvolveram estudos sobre as manifestações do antissemitismo no Brasil. Tal produção teve início na década de 1970, ainda que de forma esporádica, ganhando impulso após 1995 com a abertura de vários arquivos: diplomáticos e policiais. Mesmo assim, persistem as polêmicas sobre a prática de uma política antissemita sustentada pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), alimentadas pela persistência de mitos, pelo negacionismo e pelas versões deturpadas da História Oficial.

Palavras-chave: Antissemitismo; Mito; Historiografia; Getúlio Vargas; Negacionismo; Judeu; Nazismo.

Confrontando os mitos

Este ensaio pretende inventariar e analisar a produção acadêmica dos intelectuais brasileiros e brasilianistas que, nestas últimas décadas, desenvolveram estudos sobre as manifestações do moderno antissemitismo no Brasil.¹ Tal produção teve início na década de 1970, ainda que de forma esporádica, ganhando impulso após 1995, com a abertura de vários arquivos brasileiros, dentre os quais o Arquivo Histórico do Itamaraty, sediado no Rio de Janeiro, e o acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social, sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo –

* Historiadora, Professora Livre Docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Autora, dentre outros títulos, de: *O preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue, séculos XV-XIX*; *O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*; *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)*. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação da Universidade de São Paulo (LEER/USP) e Arquivo Virtual do Holocausto e Antissemitismo da Universidade de São Paulo (Arqshoah/USP). Disponível em: <www.arqshoah.com.br>.

¹ Descartamos aqui a produção historiográfica que trata do antissemitismo tradicional, de fundamentação teológica, apoiada no mito da pureza de sangue, em voga na Espanha e Portugal, assim como em suas colônias, entre o século XV e segunda metade do século XVIII. Por dizer respeito aos cristãos-novos radicados no Brasil, optamos por concentrar nossa análise no século XX, tratando apenas das abordagens sobre o moderno antissemitismo, de fundamentação científica. Sobre o antissemitismo tradicional e o mito da pureza de sangue, ver: CARNEIRO, 2005; GRINBERG, 2005; GORESTEIN; CARNEIRO, 2005.

DEOPS/SP. Mesmo assim, persistem as polêmicas sobre a prática de uma política antissemita sustentada pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945) e General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), alimentadas pela persistência de mitos e por posturas políticas.

Acompanhando de perto as reações das comunidades diplomática, judaica e acadêmica brasileiras – mesmo porque sou autora de várias obras sobre o assunto em questão – percebo que muitos caminhos ainda devem ser conquistados. O processo de mudança de mentalidade é lento e marcado por tensões. Além da farta documentação a ser investigada, os pesquisadores enfrentam reações adversas dos familiares de diplomatas (comprovadamente antissemitas) que insistem em manter biografias laudatórias sobre seus antepassados, como no caso de Oswaldo Aranha, Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas (1937-1944), e Jorge Latour, Encarregado de Negócios do Brasil em Varsóvia e Roma (1936 e 1938), entre outros.

Ainda hoje, em pleno século XXI, diferentes segmentos da sociedade brasileira continuam a cultivar falsos heróis, omitindo informações ou silenciando sobre fatos que, de certa forma, configuraram um perfil negativo ao personagem venerado como herói. Biografias encomendadas têm contribuído para reforçar os coros dos exaltados interessados na perpetuação dos mitos. Assim como frisou Elias Canetti (2010, p. 92): “O famoso coleciona coros. Quer ouvi-los pronunciar seu nome. Tanto faz se se trata de coros de vivos, de mortos e treinados na repetição do seu nome”.

Disfarçados de salvacionistas, muitos são aqueles que sustentam a faceta de benemérito da comunidade judaica, mascarados por testemunhos forjados. Seus “feitos heroicos” compactuam com uma tradição inventada, com interesses políticos e pessoais, pois o tabu não deixa de ser uma instituição convencional. Sacralizado tanto pelas sociedades primitivas como pelas sociedades modernas, os tabus criam raízes que, ao longo do tempo, se contorcem, estrangulando pequenos brotos que mal conseguem alcançar a luz. Invisíveis a olho nu, transformam-se em mitos entregues ao sabor de interesses. Do mito à razão vai um passo.

Nesse sentido, o “fazer história” exige, dos mais sensatos, agudez de espírito, sagacidade, perspicácia e um mergulho profundo nos arquivos da memória muitas vezes lacrados pelos “guardiães oficiais” e engessados pelas leis de acesso à informação. Enfim, para conseguir desembaraçar os fios da história, os pesquisadores têm que se transformar em militantes das liberdades de informação e de expressão, indícios de sentimentos ou de caráter. Devem, numa sequência, constranger a evidência, a partir da

regulação das provas, tendo em vista o aprimoramento da verdade em todas as suas dimensões. Daí a importância, cada vez maior, de digitalizarmos esses acervos e disponibilizarmos para consulta pública, a exemplo do projeto Arqshoah – Arquivo Virtual sobre Holocausto e Antissemitismo.²

Ser acusado de racista ativo, nas décadas de 1930 e 1940, pode colocar qualquer nação, diplomata ou intelectual, em posição constrangedora de alinhamento com a política de exclusão adotada pela Alemanha nazista e países colaboracionistas. Como muito bem lembrou Marc Ferro (2003), em sua obra *Os tabus da História*, quebrar tabus perturba a ordem das coisas, causando mal-estar. Daí o mal-estar; daí a dificuldade enfrentada por alguns pesquisadores que, através dos seus estudos acadêmicos, tentam demonstrar que grande parte da diplomacia brasileira endossou o discurso antissemita propagado pelo Terceiro Reich, colaborando – por omissão, negligência ou ideologia – com a morte de milhares de judeus perseguidos, enquanto representantes de uma “raça inferior”. O mesmo acontece com os estudos que investem na (re)escrita das biografias de consagrados intelectuais brasileiros, como, por exemplo, Gilberto Freyre, cuja obra, *Casa grande & senzala*, se impôs como um clássico da literatura brasileira. Tanto as rejeições à sua primeira publicação, como o discurso eugenista sustentado por Freyre, acabaram “fortemente eclipsadas pelo mito da democracia racial”. (apud SALIBA, 2010, p. 92).

Cumpram também citar a postura de certos segmentos da comunidade judaica brasileira que, apesar de terem sido vítimas da política imigratória brasileira, reafirmam, em suas entrevistas, que “no Brasil nunca houve antissemitismo”. Sem visão histórica, confundem o acolhimento oferecido pelas associações judaicas brasileiras que, envolvidas com o salvamento dos refugiados do nazismo, nas décadas de 1930 e 1940, lhes garantiram estabilidade por ocasião de sua chegada e adaptação no país. Esquecem que, em nenhum momento, o governo brasileiro lhes ofereceu acolhimento ou expressou algum sentimento de ajuda humanitária para com os judeus refugiados do nazismo. Ao contrário, os governos de Vargas e Dutra mantiveram as circulares secretas antissemitas, entre 1937 e 1948, de forma a impedir a concessão de vistos aos judeus refugiados e sobreviventes dos campos de concentração. Centenas desses judeus ingressaram no Brasil portando visto de católico ou turista, infringindo as regras antissemitas impostas pelas circulares secretas. Outros tiveram que depositar no Banco

² Disponível em: < www.arqshoah.com.br >.

do Brasil uma certa quantia para pagar o “visto capitalista”, atendendo aos interesses seletivos e econômicos do governo brasileiro. Lembro que milhares de refugiados sobreviveram ao nazismo, valendo-se – em momentos de desespero – de subornos, passaportes e atestados de batismos falsos, além de relações de compadrio com o poder.

Enfim, a persistência de um conjunto de mitos políticos nessas últimas décadas tem contribuído para manter as imagens de Vargas como grande estadista e “Salvador da Nação” e a do Brasil como país cordial, receptivo a todas as etnias e religiões. Segundo versão oficial, o governo brasileiro – entre 1933 e 1948 – teria investido no salvamento dos judeus perseguidos pelos nazistas, prezando por sua imagem de país hospitaleiro, cordial e humanista junto a Liga das Nações. Tal postura, no entanto, caminha no sentido contrário da (re)escrita da história contemporânea brasileira, fundamentada em fontes históricas inéditas e reveladoras de versões descomprometidas com a História Oficial.

Hoje, ainda vislumbramos uma tradição maquiada por mitos que enfrenta, na trama dos interesses velados, essa nova vertente da historiografia dedicada aos estudos do antissemitismo no Brasil. Pelo fato do Brasil estar em constante processo de democratização, a censura não é oportuna. Em situações como esta, a perpetuação da mentira continua alimentando a imagem do falso herói, fortalecendo as “versões ilusórias”, ou seja, ocultando os atos racistas e intolerantes praticados pelo Estado, pela Igreja, pela Ciência etc., em nosso passado recente.

Tornar pública a postura do Brasil, diante do Holocausto e dos judeus perseguidos pelos nazistas, faz sangrar a História Oficial. Apesar das novas versões historiográficas comprovarem o passado antissemita do Brasil e de certas personalidades políticas que atuaram entre 1933-1948, muitos se calam por consenso, por fuga ou por vergonha. É nesse ninho que a serpente, valendo-me aqui de uma metáfora, sobrevive, alimentada por um pensamento organizado e logicamente conduzido. Fica evidente que o tempo de vida dessas crenças (ou deste “réptil”) depende da persistência dos silêncios, da deturpação dos fatos e da ocultação de fontes. Acredito, assim como Marc Ferro, que a história dos judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, é o mais longo silêncio que, por sua vez, alimenta a memória difusa. Aliás, muito pouco se sabia, até alguns anos atrás, sobre as circulares secretas antissemitas, sustentadas pelos governos de Getúlio Vargas e Eurico Gaspar Dutra. Da mesma forma, muito pouco se conhecia sobre as atitudes de alguns raros diplomatas que, desobedecendo as ordens secretas do Itamaraty e do Ministério da Justiça e Negócios

Interiores do Brasil, concederam vistos, salvando, assim, centenas de vidas. São informações perturbadoras que, por seu teor, estavam guardadas a sete chaves. Reveladas e publicadas, elas têm contribuído para quebrar algumas das espécies matriciais em que se assentam os mitos, tanto assim, que são recentes as outorgas do título de “Justos entre as Nações”, pelo Yad Vashem de Jerusalém, ao embaixador brasileiro Luiz Martins de Souza Dantas e a Aracy Moebius de Carvalho, esposa do escritor e diplomata Guimarães Rosa.

Inquietude: um convite à reflexão

“Felizmente, Dionísio permanece como Deus inquieto”. Foi, a partir dos anos 1980, que a produção historiográfica sobre o antissemitismo no Brasil multiplicou-se, graças à inquietude de alguns historiadores que, na contramão da História Oficial, buscaram pelos interditos, num primeiro ensaio exploratório. Os primeiros ecos sobre o antissemitismo, no governo Vargas, foram assinalados pelo brasilianista Robert Levine, em *O Regime Vargas: os anos críticos, 1934-1938*, publicado em 1980. Mesmo sem conhecer o teor da documentação sob a guarda do Itamaraty, Levine alertava para a dimensão antissemita das prisões efetuadas pelas autoridades federais, durante o período pós-1935, marcado pela repressão aos comunistas. Em vários momentos, ele identificou situações onde o fenômeno do antissemitismo emergia como um elemento a mais na conjuntura autoritária que preparou e deu sustentação ao golpe de Estado de 1937, empreendido por Getúlio Vargas.

No início dos anos 1980, surgiram – no estilo de crônica jornalística e com ampla pesquisa histórica – três livros que marcaram espaço, por denunciarem o “fascismo” e a violência institucionalizada sustentada pelo governo Vargas: *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*, de autoria de Alberto Dines (1981); *Olga: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas*, de Fernando Morais (1983); e *O inimigo eleito: judeus, poder e o anti-semitismo*, de Júlio José Chiavenatto (1985). Hoje, os suicídios do austríaco Stefan Zweig e sua esposa Lotte, em 1942, apresentam-se como exemplo do drama de um refugiado do nazismo no Brasil, sem esperanças no futuro.

As consequências da deportação de Olga Benário para a Alemanha, por sua vez, extrapolou a postura anticomunista do governo Vargas, devendo ser compreendida como um ato de colaboracionismo com a Alemanha nazista e expressão do

antisemitismo político brasileiro. Fernando Morais revelou, pela primeira vez, detalhes da história de Olga Benário, judia alemã e comunista exterminada pelos nazistas no campo de Bernburg, na Alemanha. Deportada pelo governo Vargas, Olga foi encarcerada na prisão de mulheres de Barnimstrasse (Berlim, Alemanha), onde deu a luz à filha, Anita Leocádia Prestes, depois entregue à avó, mãe de Luiz Carlos Prestes. Transferida para o campo de concentração de Lichtenburg, Olga foi, em seguida, para Ravensbrück e depois para o campo de Ravensbrück, onde foi assassinada na câmara de gás. Hoje, graças à documentação liberada pelo Arquivo Histórico do Itamaraty e pesquisas desenvolvidas por outros pesquisadores e cineastas, está comprovado o colaboracionismo do governo Vargas na “solução” do caso Olga. Em 2008, o pesquisador Roberto Lopes retomou esse tema em seu livro *Missão no Reich*, demonstrando o envolvimento do diplomata brasileiro José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão (1935-1937) com a Gestapo. Em Berlim, esse diplomata ajudou a intermediar a entrega aos nazistas dos comunistas Olga Benário Prestes, Arthur Ernst Ewert e sua mulher Elise Saborovski Ewert. (LOPES, p. 236-237).

Em 1985, o autodidata e jornalista Júlio Chiavenato (1985), induzido por sua sensibilidade intuitiva, abriu um capítulo especial em sua obra *O inimigo eleito*, para tratar da questão judaica no Brasil. “Visão perdida no paraíso”, afirma o autor, ao alertar para o antisemitismo oficial manifesto pelo Estado varguista, após 1937, e a campanha antisemita empreendida pela Ação Integralista Brasileira, entre 1932 e 1937. Nesse contexto de intolerância, Chiavenato (1985) definiu o Itamaraty como “um dos instrumentos antisemitas do fascismo do Estado Novo. (p. 229-278).

Nos final dos 1980 e início dos 1990, foram publicados os primeiros estudos acadêmicos centrados no tema do antisemitismo e na produção de uma literatura doutrinária produzida pelos integralistas, na década de 1930. Dentre estes títulos, cito *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*, de minha autoria que, antes mesmo da sua publicação, gerou polêmica, por trazer a público as circulares secretas editadas pelo governo Vargas. Os demais temas analisados ficaram eclipsados pela polêmica centrada na figura dúbia de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores do Brasil durante o Estado Novo (1937-1944) e presidente da II Assembléia da ONU, que votou a Partilha da Palestina, em 1947.

O anti-semitismo na Era Vargas não é um livro sobre Oswaldo Aranha, apesar da maioria das circulares secretas terem sido emitidas durante a sua gestão como chanceler. Escrito com base em fontes inéditas, esse estudo abrange a política

imigratória do Itamaraty, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e do Conselho de Imigração e Colonização. Analisa as obras antisemitas dos teóricos integralistas, os vistos concedidos pelo governo brasileiro aos católicos não arianos, em atenção ao pedido do Vaticano, o discurso antisemita da diplomacia em missão na Europa, a propaganda antisemita através das charges publicadas pelas revistas ilustradas brasileiras, entre outros temas.³ Cita pela primeira vez, como “possíveis salvadores” de judeus perseguidos pelos nazistas: Luiz Martins de Souza Dantas, embaixador do Brasil em Paris, preso por ocasião da invasão nazista; Carlos Martins Pereira e Souza, embaixador do Brasil em Washington, e Orlando Arruda, secretário da Legação Brasileira em Varsóvia. (CARNEIRO, 2003, p. 399). Até 1994 alguns segmentos dessa pesquisa não podiam ser concluídos, pois o acesso à documentação sob a guarda do Itamaraty continuava proibido pela legislação brasileira, sendo liberados apenas os documentos ostensivos.

A polêmica sustentada pela imprensa brasileira e pelos familiares do ex-chanceler Oswaldo Aranha, descontentes com o teor do livro *O anti-semitismo na Era Vargas*, se fez acompanhada, entre 1989 e 1991, de um amplo debate sobre o tema da liberdade de informação e de acesso às fontes documentais produzidas pela administração pública. Debate oportuno que coincidiu com a promulgação da nociva Carta Constitucional de 1988, e a consequente publicação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que assegurava:

o direito de acesso pleno aos documentos públicos e garantia as possibilidades de preservação do patrimônio documental do país, como também o resgate da memória coletiva, com a saudável ampliação do acesso às informações contidas nos até então inexpugnáveis **documentos secretos**. Aprovada pelo Senado, a Lei n. 8.159 era a primeira lei de arquivos dispondo sobre recolhimento, preservação e acesso aos documentos produzidos pelos órgãos da administração pública.⁴ (ACERVO, 1989, p. 9 – grifo nosso).

³ Esse livro resultou da minha tese de doutorado em História Social, apresentada em 1987, junto à FFLCH/Universidade de São Paulo, fundamentada em fontes pesquisadas entre 1982 e 1983, no Arquivo Histórico do Itamaraty. Devidamente autorizada por aquele órgão diplomático que, e até então, permitia apenas livre acesso aos documentos classificados como “ostensivos”, enquanto que a leitura e reprodução dos “secretos” dependiam unicamente da autorização da diretora do arquivo. Mediante essa autorização consegui consultar as circulares secretas e inventariar, parcialmente, as práticas intolerantes por parte dos diplomatas em missão no exterior. Em 1984, após a aposentadoria da diretora Marta Mendonça, os pedidos de acesso à documentação ficaram restritas à autoridade do Setor de Comunicação e Documentação do Ministério das Relações Exteriores, sediado em Brasília (DF). A partir dessa data, os documentos “secretos” foram lacrados para consulta, sendo liberados apenas os “ostensivos”.

⁴ Em 1969, o historiador José Honório Rodrigues, ex-diretor do Arquivo Nacional, publicava o artigo pioneiro “Acessibilidade do público aos documentos: sigilo e reserva”, reeditado pela *Acervo*.

Renomados intelectuais, arquivistas e historiadores brasileiros, dentre os quais Celso Lafer, Aurélio Wander Chaves Bastos, Cláudia Heynemann, Regina Maria Martins Pereira Wanderley, reuniram-se para avaliar no campo jurídico as dissimilaridades entre o direito público e o privado. Tinha-se como parâmetros os ideais democráticos e a correlação entre liberdade de opinião e expressão com a transparência do poder que, segundo Celso Lafer (1989, p. 35), “requer o direito de procurar, receber e difundir informações, consagrado no artigo XIX, da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948”. Questionava-se também a possibilidade de ampliação do campo do sigilo (temática que persiste ainda hoje, no que diz respeito à abertura dos arquivos da Ditadura Militar) em nome da segurança nacional e do direito à privacidade. No cerne desse debate estava a censura imposta pelo Itamaraty, que somente iria disponibilizar sua documentação ao público consulente em 1995, data-marco para a retomada dos estudos históricos sobre o antissemitismo político sustentado pelo Estado governado por Getúlio Vargas e Dutra.

Nesse intermédio difuso, surgiram estudos sobre o antissemitismo sustentado por teóricos integralistas, cujas obras encontravam-se disponíveis em bibliotecas públicas e pessoais. Um primeiro aceno é dado por Héglio Trindade, mas sem se aprofundar na questão racial, em sua clássica obra *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. Segundo Trindade, o antissemitismo sensibilizava as bases populares integralistas pela “simplicidade de seu esquema explicativo: desde as revoluções francesas e soviéticas, até o controle das finanças internacionais, tudo era dirigido pela ação judaica”. (TRINDADE, 1979, p. 228).

Em 1992, o cientista político Marcos Chor Maio (1992) publicou *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*, e o historiador Roney Cytrynowicz (1992) apresentou, como dissertação de Mestrado, o estudo *Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30*. Esses estudos abriram caminho para a avaliação acadêmica da configuração e a persistência de um pensamento racista sustentado por um grupo de intelectuais católicos, germanófilos e identificados com os paradigmas do fascismo europeu. Ambos concentraram sua análise no integralismo interpretado como um movimento fascista à brasileira, seja pela influência de movimentos autoritários e totalitários europeus, seja em função do seu nacionalismo exacerbado, associaria os judeus à fonte de diversos males presentes no mundo moderno. Concentrando-se apenas em algumas obras de Gustavo Barroso, ambos os autores deixaram de avaliar as matrizes desse pensamento intolerante, inspirado nas

obras de autores franceses, dentre os quais cabe citar I. Bertrand (1903), Léon Bloy (1892), Édouard Drumont (1938), Bernard Lázare (1934) e León de Poncins (1936).

Em outro artigo, Marcos Shor Maio (2005) em coautoria com Carlos Eduardo Calaça, enfatiza que o antissemitismo – apesar de não integrar a plataforma política do movimento integralista – “foi um dos instrumentos de coesão ideológica das milícias integralistas”; e um “móvel acionado por Gustavo Barroso na sua competição com Plínio Salgado pela liderança da Ação Integralista Brasileira”. (p. 425-469). Na opinião de Maio – com a qual concordo plenamente – o antissemitismo presente no interior da AIB vingou com base em duas vertentes: na visão de Gustavo Barroso e na imprensa integralista, fortalecendo a opção nacionalista proclamada por seus líderes. (op. Cit., 442-443).

Tal abordagem foi ampliada pelo historiador João Ricardo de Castro, em seu livro *Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)*, publicado em 1999, e por Ivair Augusto Ribeiro em seu ensaio “O anti-semitismo no discurso integralista no sertão de São Paulo”, parte da coletânea *O anti-semitismo nas Américas: história e memória, sob a minha organização*. (cf. CARNEIRO, 2007).

A partir dos anos 19,90 constata-se – pela produção acadêmica publicada por Avraham Milgram, Jeffrey Lesser e Tucci Carneiro – que ocorreu uma retomada das fontes oficiais e diplomáticas disponibilizadas pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV, do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (fundos do Ministério da Justiça e Negócios Interiores), Arquivo Histórico do Itamaraty e Arquivo Público do Estado de São Paulo (Fundo Deops/SP). (cf. MILGRAM, 1994; LESSER, 1995; CARNEIRO, 1996).

Milgram (1994) – em seu estudo *Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)* – enveredou a investigar sobre os “judeus do Vaticano”, grupo de refugiados convertidos ao catolicismo por exigência do governo brasileiro, a pedido do Papa Pio XII. Retomando as fontes diplomáticas, conseguiu quantificar e nomear os vistos concedidos com base na Resolução nº 39, de 23 de julho de 1939. Descobriu também que a cota dos três mil vistos a serem liberados pelo governo Vargas para israelitas (“não ariano”) da Alemanha e Áustria, não atingiu o “ato de graça” como havia anunciado Afrânio de Mello Franco Junior, chefe da Divisão de Passaportes do Itamaraty: 959 foram liberados pelo embaixador Hilkdebrando Accioly, junto à Santa Sé, sendo utilizados apenas 803.

Os outros dois mil vistos que estavam sob a responsabilidade da Embaixada do Brasil em Berlim, sob a responsabilidade de Cyro de Freitas Valle, antisemita convicto, e o consulado do Brasil em Hamburgo, onde estava Joaquim A. de Souza Ribeiro, não foram utilizados.

Através da omissão e “negacionismo”, o Brasil perdeu a oportunidade de salvar milhares de judeus cujo destino até hoje nada se sabe. No entanto, uma intrigante história de bastidores envolveu essa negociação de vistos, desvendada através do testemunho de Nikolaus Schauff, filho de Johannes Schauff, ex-deputado do Partido do Centro na Alemanha, refugiado no Vaticano por ocasião do pedido do Papa Pio XII. Cruzado com documentos diplomáticos, esse testemunho confirmou uma trama de interesses que conhecida como “negócios triangulares”, envolvendo a Paraná Plantations London e a Cia de Terras Norte do Paraná. Esse tema foi apresentado publicamente, em 1996, em um dos módulos da exposição iconográfica *Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do nazifascismo*, sob a minha curadoria e apoio institucional de Dieter Strauss, diretor do Instituto Goethe de São Paulo. A mostra – que divulgou pela primeira vez um conjunto de documentos pesquisados junto ao Arquivo do Itamaraty e no Fundo Deops/SP – deu origem ao livro-catálogo com o mesmo título. Essa história foi retomada por Lucius de Mello, em seu romance histórico *A travessia da terra vermelha: uma saga dos refugiados judeus no Brasil*, publicado em 2007, e retomado mais recentemente no meu livro *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo*, publicado em 2010. (cf. MELLO, 2007; CARNEIRO, 2010).

O brasilianista Jeffrey Lesser – em seu livro *O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito*, publicado em 1995 – ampliou vários dos temas tratados em *O anti-semitismo na Era Vargas*, contribuindo com novos questionamentos sobre a concessão de vistos aos judeus, as negociações políticas empreendidas por Vargas e Oswaldo Aranha por pressão dos Estados Unidos, a persistência de estereótipos cultivados por intelectuais e líderes políticos que podiam ser interpretados “positiva ou negativamente”, favorecendo o ingresso de judeus com “vistos capitalistas”. Na sua opinião, o problema do refugiado judeu foi um importante elemento da política externa do Brasil, quando o Itamaraty percebeu que as concessões na questão dos refugiados poderiam melhorar as relações entre Estados Unidos, melhorar o *status* internacional do país e trazer recém-chegados economicamente desejáveis (LESSER, 1995). Ele interpreta os judeus como instrumentos das elites,

peões de um regime federal que via todos os imigrantes como componentes na construção de um Brasil branco, dominado pelas elites, econômica e militarmente seguro (LESSER, 1995).

Sob este prisma, Lesser apresenta, com certas contradições, o chanceler Oswaldo Aranha como um “filosemita” (além de americanófilo, que realmente era e apesar das práticas das circulares secretas) e enfatiza que mais de dez mil vistos foram concedidos pelo Brasil, “apesar da vigência das circulares secretas. Instigando a polêmica, tais considerações foram rapidamente apropriadas por familiares do ex-chanceler e ‘amigos da diplomacia’”, fortalecendo o mito do Brasil cordial, cujos atos humanitários, segundo Lesser, devem ser reavaliados, apesar da documentação diplomática demonstrar o contrário. Diante desse questionamento, considere importante rever as estatísticas oficiais de vistos liberados aos refugiados que entraram como católicos e turistas por força maior de serem judeus, além de procurar redimensionar o antissemitismo político através dos vistos indeferidos. Sem contabilizar, como fez Lesser, os “dados extra-oficiais” concedidos na clandestinidade com a ajuda da Joint e outros comitês judaicos de ajuda internacional, reafirmo que não devemos aqui ter dois pesos e uma medida, como reza o ditado popular. (CARNEIRO, 2010; LESSER, 1995). Não podemos ignorar os vistos indeferidos e as condições desse negacionismo, diante de uma situação de genocídio e violência explícita praticada pela Alemanha e países colaboracionistas.

A postura antissemita do governo Vargas é confirmada pela dissertação de mestrado desenvolvida pelo historiador Fábio Koifman e publicada em 2002, com o título *Quixote nas trevas: o Embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*. Fundamentado em testemunhos orais e fontes diplomáticas, Koifman contribuiu para retirar do obscurantismo esse diplomata até então ignorado pela historiografia brasileira e silenciado pela História Oficial. O fato de Souza Dantas ter sido penalizado (a bem do serviço público) por conceder vistos aos refugiados judeus, desobedecendo as circulares secretas, demonstra que o governo Vargas manteve uma política imigratória seletiva, excludente das minorias e descomprometido com a causa judaica, que, naquele momento, clamava por soluções imediatas. Importante lembrar que Souza Dantas, após ter sido aprisionado pelos nazistas nas dependências da embaixada brasileira em Vichy em 1943, foi deportado e encarcerado em Bad Godesberg (Alemanha) com outros diplomatas brasileiros. Libertado por intervenção do governo de Oliveira Salazar, mediante uma negociação de troca de prisioneiros com os nazistas, Souza Dantas

retornou ao Brasil onde foi recebido com todas as honras. Enfim, homenagens forçadas pela política internacional que cobrava do governo brasileiro uma postura mais humanitária diante da questão dos refugiados. Essa “negociação política” é retomada no meu livro *Cidadão do mundo*, publicado em 2010, contextualizando o retorno de Souza Dantas ao Brasil, em 1944, até a sua morte em Paris em 17 de abril de 1954. (cf. CARNEIRO, 2010).

Entre 1999 e 2010, foram publicados vários estudos acadêmicos direcionados para a gênese, difusão e desdobramentos do pensamento antissemita no Brasil, com ênfase na análise do discurso e na interpretação do mito do complô-judaico comunista. Dentre esses cabe citar: *A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco*, de Maria das Graças Atayde de Almeida (2001); *O veneno da serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil*, de Maria Luiza Tucci Carneiro (2003); e *O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)*, de Taciana Wiazovski (2008), e *Tempos de casa grande*, de Silvia Cortez Silva (2009).

Em 2009, despontam duas obras que inauguram uma nova vertente na historiografia brasileira dedicada a analisar as relações do nacional-socialismo com os países latino-americanos, evidenciando as posturas das autoridades políticas, diplomatas e intelectuais. Nesses estudos são evidenciados, respectivamente: a sedução pelo nazismo enquanto paradigma para várias nações latino-americanas, os atos de repressão aos comunistas instigados pelo mito do complô-judaico comunista, a negação de vistos aos refugiados judeus, entre outros. Na sua essência, tais constatações despontam como indícios de uma mentalidade intolerante e autoritária que, nas décadas de 1930 e 1940, encontraram um ambiente fértil para aflorar. Os dois títulos aqui referenciados são: o livro *Missão no Reich: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler*, de Roberto Lopes (2008); e a coletânea *O anti-semitismo nas Américas: história e memória* (2009), sob a minha organização, com textos sobre o antissemitismo tradicional (América Portuguesa e América Espanhola) e o antissemitismo moderno (Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Cuba, Estados Unidos, México, Peru, Uruguai e Bolívia).

Em 2009, dando continuidade os estudos da política antissemita endossada pelo governo Vargas, foi defendida a tese de doutorado “In Difesa Della Razza”. Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do Governo Vargas (1938-1945), de Anna Rosa Bigazzi, publicada pela Edusp, em 2010. A pesquisa desenvolvida pela

autora em arquivos italianos e brasileiros nos faz pensar sobre várias questões que extrapolam o debate acadêmico sobre imigração, pois dizem respeito à unicidade e à multiplicidade de fascismos. É imprescindível considerarmos – assim como sugere o historiador Jerzy Borejsza (2002, p. 14) – “as especificidades nacionais dos distintos movimentos e sistemas fascistas e autoritários”. Esse é um livro pendular que transita entre as histórias contemporâneas da Itália e do Brasil, identificando vestígios e decifrando enigmas que dizem respeito ao colaboracionismo durante a Segunda Guerra Mundial, assunto tabu que gera mal-estar. Aliás, essa é uma herança que não interessa ser discutida por aqueles que atuaram nas esferas do Poder, mas que não deve ser omitida. Tanto assim, que é recente a historiografia italiana dedicada a refletir seriamente sobre as origens e a trajetória do racismo italiano, principalmente no que diz respeito à perseguição fascista aos judeus.⁵

Muito pouco se conhece sobre as trajetórias de vida dos italianos que, expulsos pelas leis raciais promulgadas pelo governo italiano, em 1938, optaram por viver no Brasil. Hoje sabemos, desde a abertura dos arquivos diplomáticos e policiais na década dos anos 90, que os interesses dos Estados (italiano e brasileiro) não estavam centrados apenas nos objetivos de esmagar toda e qualquer forma de organização do operariado e resistência política. Assim, devemos estar atentos às teses que negam os fatos de que o fascismo italiano, assim como o autoritarismo varguista, identificavam-se com um projeto de pureza racial. Enfim, o antissemitismo tem história e múltiplas são as perspectivas de estudo à luz das liberdades democráticas. Mesmo assim, existem historiadores que preferem ignorar os documentos procurando fazer valer suas posições ideológicas ou por desconhecerem a documentação sobre o tema.

Cito aqui as considerações deturpadas sobre o antissemitismo na Era Vargas, publicadas pela historiadora Zilda Márcia Gricoli Iokoi (2004), em seu livro *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975)*, texto apresentado como Tese de Livre Docência junto a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Publicado no formato de livro, esse estudo tem como proposta desvendar o papel dos diplomatas brasileiros a partir dos anos de 1920 sobre a questão judaica, especialmente sobre os imigrantes do Leste Europeu radicados na América e Oriente Médio. Iokoi diz em sua obra que pretende estudar o

⁵ Cumpre citar aqui: DE FELICE (1961); SARFATTI (2000); COLOTTI (2004).

[...] complexo conjunto de contradições a partir do caso brasileiro, tendo como questão central “verificar como os diplomatas brasileiros entenderam a questão judaica”. Além disto, [...] acompanhar os níveis de discriminação e de exclusão que foram feitas contra os judeus no Brasil, para perceber a permanência ou não da separação entre cultura, povo e território, ou melhor, se os judeus aqui existentes tiveram que partilhar do movimento sionista como os demais, os riscos existentes contra esses grupos e o entendimento da questão judaica para os judeus engajados nas forças da esquerda, que lutavam pela superação das classes e do Estado. (IOKOI, 2004, p. 48).

A autora anuncia que analisou documentos das embaixadas do Brasil no exterior e de funcionários do Ministério das Relações Exteriores – MRE – e considera que o antissemitismo não existiu enquanto política de Estado, apesar da “vasta documentação demonstrar que o problema era relevante no entendimento do funcionamento de Estado e da repressão.” (IOKOI, 2004, p. 34-35). Afirma que constatou – após ter cotejado as afirmações (no caso as minhas) com “as fontes da diplomacia” – que, simultaneamente às deportações,⁶ o Brasil recebeu “grande contingente de judeus emigrados da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, especialmente intelectuais, cientistas, grandes comerciantes, banqueiros e técnicos”. (IOKOI, 2004, p. 49-50). Na sua opinião, aliás bastante contraditória e sem fundamentação histórica, esse fato indica, para Iokoi, que

[...] se houve o antissemitismo, ele foi circunscrito aos judeus oriundos do Leste Europeu, por representarem uma língua bárbara e desconhecida (o ídiche) e uma realidade social anticapitalista. Ou então, o antissemitismo teria sido aplicado por Vargas e seu Ministro Osvaldo Aranha contra alguns judeus, não se caracterizando como uma política de Estado. (IOKOI, 2004, p. 49-50).

A documentação que analisei em *Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo*⁷ demonstra que milhares de vistos foram negados aos judeus apátridas de múltiplas nacionalidades e profissões, comprovando a práxis antissemita por parte do Estado brasileiro que, entre 1937 e 1948, editou 28 ordens restritivas, incluindo circulares secretas, ordens de serviço e resoluções. O caso excepcional do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas é

⁶ Zilda Iokoi não especifica se essas deportações dizem respeito aos judeus expulsos e/ou deportados do Brasil durante o governo Vargas por estarem irregulares ou por crime político – tema amplamente pesquisado por Mariana Cardoso Ribeiro, em sua dissertação de Mestrado *Que venha o decreto de expulsão* – ou se tais deportações eram por parte da Alemanha nazista contra os judeus para os campos de concentração e de extermínio situados, sobretudo, na Polônia ocupada. Sobre expulsões e deportações no Brasil, ver RIBEIRO (no prelo).

⁷ A notícia das circulares secretas e sua práxis já havia sido publicada em 1988, na primeira edição do livro *O antissemitismo na Era Vargas*, pela Editora Brasiliense. Em 2003, uma relação completa desses documentos foi publicada em *O veneno da serpente*.

exemplar, por ter sido processado pelo governo Vargas por emitir vistos aos judeus em trânsito pela França ocupada, tema exaustivamente analisado por Fábio Koifman (2002), em sua obra *Quixote nas trevas*.

Mesmo com relação aos judeus comunistas perseguidos por crime político, Zilda Iokoi (2004) afirma ter constatado que, “mesmo quando interrogados pelas forças de repressão, não aparecem indícios de anti-semitismo oficial”. (p. 379). Considera também que havia por parte das autoridades um “forte empenho em evitar que as forças dissolventes se instalassem, corrompendo a sociedade e a ordem familiar”. (IOKOI, 2004, p. 379). No entanto, um conjunto de estudos publicados desde 2000 – com ampla pesquisa junto aos prontuários do Deops/SP e Deops/MG – comprovam a persistência de um discurso antissemita entre as autoridades policiais e intelectuais católicos, alimentados pelo mito da conspiração judaico-comunista. (cf. MOTTA, 2002; 1998; WIAZOVSKI, 2002). Nesse ano de 2011, foi lançado o livro *Judeus em tempos de guerra: comunidade judaica e os “Súditos do Eixo” (1942-1945)*, de autoria de Renata Mazzeo Barbosa, que trata exatamente da repressão policial aos judeus que, nas décadas de 1930 e 1940, encontravam-se radicados no Estado de São Paulo, na condição de apátridas e refugiados do nazismo. Os documentos analisados denunciam as injustiças praticadas pela Polícia Política paulista que, enquanto órgão de repressão do Estado varguista, agiu mobilizada pela força dos mitos, entre os quais o do complô judaico-comunista.

Em síntese, devemos considerar que, desde 1980, existe um esforço acadêmico dedicado a preencher a lacuna até então existente na historiografia brasileira, no que diz respeito à “questão judaica”. Com raras exceções, esses estudos oferecem um amplo painel das políticas antissemitas sustentadas pelo Estado brasileiro, entre 1937-1948, em relação aos judeus refugiados do nazifascismo. Publicados por reconhecidas editoras, têm ampla circulação nacional, expressando a perspectiva dos historiadores brasileiros diante da intolerância enquanto instrumento de poder. Mesmo assim, as pesquisas sobre o antissemitismo no Brasil devem continuar sob um prisma multidisciplinar, com o objetivo de combater os negacionismos e romper os silêncios propositais que, no formato de textos acadêmicos, transformam-se em libelos panfletários, extremistas. São exemplares que negam a memória, tema amplamente discutido por Hannah Aredt e Vidal Naquet, cujas obras nos alertam para o perigo da “mentira moderna” como instrumento político.

Breaking the silence: the historiography on antisemitism in Brazil

Abstract

This essay examines the production of Brazilian intellectual and academic Brazilianists that, in recent decades, involving studies on the manifestations of antisemitism in Brazil. This production began in the 1970s, albeit sporadically, gaining momentum after 1995 with the opening of multiple files, diplomatic and police. Even so, there is still controversy about the practice of a sustained anti-Semitic policy by the governments of Getúlio Vargas (1930-1945) and General Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), fueled by the persistence of myths, the denial and distorted versions of the Official History.

Key words: Anti-Semitism, Myth, Historiography, Getúlio Vargas; Denial; Jew; Nazism.

Fontes

BERTRAND, I. **La Franc-Maçonnerie Secte Juive**. Paris: Bloud, 1903.

BLOY, Léon. **Le Salut par les Juifs**. Paris: Librairie Adrien Dersay, 1892.

LÁZARE, Bernard. **L'Antisémitisme son Histoire et ses Causes**. Paris: Éditions Jean Cres, MCMXXXIV.

PONCINS, León de. **Sociétés des Nations Super-État Maçonique**. Paris: Gabriel Beauchesne et as fils, MCMXXXVI.

Referências

ATAÍDE, Maria das Graças Andrade de Almeida. **A construção da verdade autoritária: palavras e imagens da Interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco**. São Paulo: Humanitas, 2001.

BARBOSA, Renata Mazzeo. **Judeus em tempos de guerra: a comunidade judaica e os "Súditos do Eixo" [Inventário Deops 15]**. São Paulo: Fapesp, 2011.

BIGAZZI, Anna Rosa. **Os judeus italianos refugiados do fascismo e o antissemitismo do governo Vargas (1938-1945)**. 2010. 177 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOREJSZA, Jerzy W. **La escalada del ódio: movimientos y sistemas autoritarios y fascistas en Europa (1919-1945)**. Madrid: Siglo Veintiuno de Espana Editors, 2002.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a ação integralista no Maranhão (1933-1937)**. São Paulo: Annablume, 1999.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O preconceito racial em Portugal e Brasil Colônia: os cristãos-novos e o mito da pureza de sangue, séculos XV-XIX**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Cidadão do mundo: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifascismo (1933-1948)**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Brasil, um refúgio nos trópicos: a trajetória dos refugiados do nazifascismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. Catálogo bilíngue português/alemão.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo nas Américas: História e memória**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O veneno da serpente: reflexões sobre o anti-semitismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CHIAVENATO, J. J. **O inimigo eleito: os judeus, poder e anti-semitismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

COLOTTI, Enzo. **Il fascismo e Gli Ebrei: le Leggi Razziali in Itália**. Roma: Editori Laterza, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e anti-semitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. 1992. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE FELICE, Renzo. **Storia Degli Ebrei in Itália Sotto il Fascismo**. Torino: Einaudi, 1961.

DINES, Alberto. **Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DRUMONT, Édouard. **La France Juive**. Paris: Flammarion Éditeur, 1938. (1. ed. 1912).

FERRO, Marc. **Os tabus da História: a face oculta de acontecimentos que mudaram o mundo**. Trad.: Maria Ângela Villela. São Paulo: Ediouro, 2003.

GORESTEIN, Lina; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro. **Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2005.

GRINBERG, Keila. **Os judeus no Brasil**: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

IOKOI, Zilda Márcia Grícoli. **Intolerância e resistência**: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil (1935-1975). São Paulo: Humanitas, 2004.

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LAFER, Celso. Diplomacia e transparência: o arquivo do Itamarati. **Acervo**. Revista do Arquivo Nacional, Dossiê Arquivo e Cidadania, Rio de Janeiro, v. 4-5, n. 1-2, jul./dez. 1989; jan./jun. 1990.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 372p.

LEVINE, Robert. **O regime Vargas**: os anos críticos (1934-1938). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOPES, Roberto. **Missão no Reich**: glória e covardia dos diplomatas latino-americanos na Alemanha de Hitler. São Paulo: Odisséia, 2008.

MAIO, Marcos Shor. **Nem Rotschild nem Trotsky**: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MAIO, Marcos Shor; CALAÇA, Carlos Eduardo. “Um balanço da bibliografia sobre o anti-semitismo no Brasil”. In: GRINBERG, Keila (Org.). **Os judeus no Brasil**: inquisição, imigração e identidade. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005. p. 425-469.

MELLO, Lucius de. **A travessia da terra vermelha**: uma saga dos refugiados judeus no Brasil. Osasco: Novo Século, 2007.

MILGRAN, Avraham. “O Itamaraty e os judeus”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo nas Américas**: História e memória. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007. p. 379-410.

MILGRAM, Avraham. **Os judeus do Vaticano**: a tentativa de salvação de católicos não arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benario Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. 3. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1985. Edição anterior, sem data, pelo Círculo do Livro.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002. Originalmente Tese de Doutorado em História Social, apresentada à FFLCH, Universidade de São Paulo, em 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, São Paulo, n. 138, p. 93-105, 1998.

RIBEIRO, Ivair Augusto. “O Anti-semitismo no Discurso Integralista no Sertão de São Paulo”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo nas Américas: História e memória**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2007.

SILVA, Sílvia Cortez. **Tempos de casa grande**. São Paulo: Perspectiva, 2009. Originalmente, Tese de Doutorado em História Social apresentada à FFLCH/USP, em 1999.

RIBEIRO, Mariana Cardoso. **Que venha o decreto de expulsão**. São Paulo: Humanitas; Fapesp, [no prelo].

SALIBA, Elias Thomé. “A revisão necessária de um clássico”. Resenha crítica do livro *Tempos de casa grande (1930-1940)*, de Silvia Cortez Silva. **Revista Pesquisa FAPESP**, v. 178, p. 92, dez. 2010.

SARFATTI, M. **Gli Ebrei Nell’Italia fascista: vicende, identità, persecuzione**. Torino: Einaudi, 2000.

TRINDADE, Hégio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

WIAZOVSKI, Taciana. **O mito do complô judaico-comunista no Brasil: gênese, difusão e desdobramentos (1907-1954)**. São Paulo: Humanitas, 2007. Originalmente dissertação de Mestrado em História Social, apresentada à FFLCH/USP, 2005.